

Coisas da política

A continuidade e a mudança

O tom civilizado das mensagens trocadas entre os Governadores eleitos pelo PMDB e PDT e o Presidente da República, inaugurando o ano político no âmbito federativo, não foi o mesmo dos primeiros debates deste início de legislatura na Câmara dos Deputados. Mas o contraste não chegou a surpreender o comando político do Governo, para o qual a trégua proposta pelo Presidente Figueiredo depende mais do novo tipo de relação de poder que se estabelece entre o Executivo e os novos Governadores, com inevitáveis reflexos nas lideranças partidárias, do que da sobriedade ou imoderação dos debates parlamentares.

Num balanço ainda superficial destas primeiras semanas de atividade formal no novo ano político, intérpretes autorizados do pensamento do Governo vêem na postura dos Governadores eleitos pela oposição e de suas lideranças mais representativas um indício importante de que o apelo do Presidente Figueiredo, em sua mensagem ao Congresso, por uma sensível redução dos antagonismos, chegou a ouvidos abertos que vão falar mais alto do que as vozes radicais do Congresso, cada vez mais redutíveis à sua devida expressão. A intenção do Governo, segundo esses intérpretes, é buscar sem grande alarde o entendimento com a oposição que considera responsável e representativa, e responsabilizar, sempre no particular, os que, a seu ver, usam irresponsavelmente suas prerrogativas e a liberdade crescente inerente ao processo de abertura.

O episódio do Senador Fábio Lucena (PMDB-AM) que, da tribuna do Senado, chamou o Almirante Gama e Silva — homem do Conselho de Segurança Nacional e presidente do Grupo Executivo do Baixo-Amazonas (GEBAM) — de contrabandista de automóveis, é apresentado como um exemplo do novo modo de reação do Governo a investidas verbais contra o regime e seus representantes mais graduados.

O próprio Palácio do Planalto, através de seu porta-voz, encarregou-se de distribuir a nota assinada pelo Almirante Gama e Silva, na qual o presidente do Gebam repele a "crimonosa agressão" à sua honra, e anuncia ter adotado providências cabíveis para processar o senador, "na forma da lei". Embora a matéria seja discutível, o Almirante poderia ter invocado a Lei de Segurança Nacional que, no seu Artigo 42, considera crime injuriar, caluniar ou difamar "órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições". Preferindo processar o senador com base no

Código Penal, o ofendido ajusta-se à nova redação do Artigo 32 da Constituição, dada pela Emenda Nº 22, segundo a qual "os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a honra".

O recado dado indiretamente pelo Governo, no episódio, parece claro, no momento em que aceita, através da recém-criada Comissão Especial do Senado, estudar a revisão da LSN: os duros mecanismos de autopreservação do regime serão usados com parcimônia cada vez maior, e poderão até ser previstos, mas a classe política assume integralmente a responsabilidade por eventuais abusos de suas prerrogativas, e por eles responde ao desabrigo da imunidade parlamentar.

A expectativa do meio político é a de que, nesta "segunda fase da abertura", como a qualificou o Presidente Figueiredo em sua mensagem ao Congresso, os inevitáveis conflitos entre parlamentares e o Executivo, quando não contornados pela ação pacificadora das Mesas da Câmara e do Senado, sejam encaminhados através dos canais legais não-excepcionais.

É com base nessa expectativa que alguns dos membros da Comissão Especial do Senado criada para estudar a revisão da LSN, como o Senador Adébal Jurema (PDS-PE), acham chegada a hora de escoimar a lei dos problemas de delito, de opinião, e de sua preocupação exagerada em dar aos governantes o mesmo tipo de proteção que se deve dar à nação. A Comissão Especial do Senado, integrada ainda pelos Senadores Murilo Badaró (PDS-MG), relator, Nelson Carneiro (PTB-RJ), José Lins (PDS-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS), toma posse hoje, e espera-se que os debates e entendimentos surgidos no seu âmbito sejam, pelo menos, o primeiro exercício relevante de diálogo sobre questões institucionais.

Para alguns parlamentares governistas, o simples fato de o Planalto ter dado o seu *nilhil obstat* à formação da comissão revisora da LSN é um indício promissor de que o Governo, de sua parte, está disposto a tentar pôr em prática a palavra do Presidente Figueiredo, na sua recente mensagem ao Congresso, segundo a qual "o funcionamento da democracia, neste período decisivo de nossa História, reclama espírito de transigência e vontade comum de encontrar fórmulas que conciliem a continuidade com a mudança".

Luiz Orlando Carneiro é diretor das empresas JORNAL DO BRASIL em Brasília.